

GUIA DE ESTUDOS

VIII SIMULA SANFRA



COMITÊ DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Medidas para proteger a democracia
nos países americanos

1. CARTA DE APRESENTAÇÃO

Bem-vindos ao guia de estudos da Organização dos Países Americanos!

Este guia foi elaborado para te ajudar a se preparar para um debate importante e atual: as medidas para proteger as democracias nos países americanos. Aqui, você encontrará os posicionamentos oficiais de diversos Estados-membros da OEA, incluindo reflexões aprofundadas sobre os casos da Venezuela e de Cuba — dois países centrais para a discussão.

Ao longo do material, você vai conhecer as diferentes perspectivas de cada país, entender os desafios democráticos da região e refletir sobre como o diálogo e a cooperação internacional podem fortalecer as instituições democráticas no nosso continente.

Esperamos que este guia ajude você a se posicionar com clareza, respeito e embasamento durante o debate. Boa leitura e ótimo preparo!

Guilherme Nogueira e Rafael Toporcov, Diretores da OEA.

2. INTRODUÇÃO

A defesa e o fortalecimento da democracia nos países das Américas são desafios centrais para a Organização dos Estados Americanos (OEA), especialmente diante das crises políticas, sociais e econômicas que afetam diversas nações da região. O tema das "Medidas para Proteger as Democracias nos Países Americanos" ganha relevância máxima em um contexto onde alguns países enfrentam sérias ameaças à institucionalidade democrática, ao Estado de Direito e aos direitos humanos.

Dentre os casos mais complexos e emblemáticos, destacam-se a Venezuela e Cuba, que representam desafios distintos, mas igualmente importantes para a estabilidade e a governabilidade regional. A Venezuela atravessa uma profunda crise política, marcada pela deterioração das instituições democráticas, repressão política, violações de direitos humanos e uma crise humanitária sem precedentes, que levou a um êxodo massivo de seus cidadãos. A comunidade internacional, inclusive a OEA, tem buscado soluções que promovam o diálogo político, eleições livres e transparentes, e a restauração do Estado de Direito, mas enfrenta dificuldades frente à resistência do regime vigente.

Cuba, por sua vez, apresenta um modelo político autoritário de longa data, no qual as liberdades civis e políticas são severamente restringidas. As tensões internas, somadas ao impacto do bloqueio econômico e às pressões internacionais por reformas democráticas, fazem de Cuba um caso sensível para debates sobre soberania, direitos humanos e a eficácia de medidas multilaterais para promover a democracia sem causar prejuízos à população civil.

Além desses países, a América Latina e o Caribe como um todo enfrentam desafios variados: o avanço do populismo, ameaças à liberdade de imprensa, corrupção, fragilidade institucional, desigualdades sociais profundas e episódios de violência política que comprometem o pleno funcionamento dos regimes democráticos. Muitos países buscam fortalecer suas instituições, ampliar a participação cidadã e assegurar a transparência e o respeito ao Estado de Direito.

Para que o debate na OEA seja produtivo e construtivo, é fundamental compreender as especificidades de cada país, os contextos regionais e as múltiplas dimensões que envolvem a proteção das democracias. O diálogo respeitoso, a cooperação multilateral e o equilíbrio entre

respeito à soberania e a defesa dos direitos humanos serão essenciais para a construção de soluções eficazes e duradouras.

Este guia de estudos oferece um panorama dos posicionamentos de diversos países americanos sobre o tema, permitindo uma visão ampla e diversificada que ajudará os delegados a se prepararem para as discussões, considerando as nuances e sensibilidades de cada nação e buscando fortalecer a democracia hemisférica como um valor compartilhado e inalienável.

3. REGRAS GERAIS

Para garantir o bom andamento dos trabalhos e o respeito mútuo entre os delegados, as seguintes regras deverão ser seguidas rigorosamente durante todo o debate:

1. A Mesa é soberana
Todas as decisões da Mesa Diretora são finais e inquestionáveis. A Mesa tem autoridade para advertir, intervir e, se necessário, remover participantes que violem estas regras.
2. Respeito ao espaço de fala dos outros
Não será permitido interromper, invadir o tempo ou espaço de fala de outros delegados. Todos terão tempo igual e justo para se expressar.
3. Conduta respeitosa e ética
Não serão toleradas falas ou comportamentos desrespeitosos, ofensivos, preconceituosos, discriminatórios ou agressivos de qualquer natureza (incluindo raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, religião, entre outros).
4. Uso adequado do vocabulário e tom diplomático
Os delegados devem manter uma linguagem formal, diplomática e cordial, como esperado em ambientes multilaterais.
5. Pontualidade e comprometimento
Espera-se que todos os participantes estejam presentes nos horários estabelecidos e comprometidos com a dinâmica do debate.
6. É proibido tocar ou invadir o espaço físico de outro participante
Todo e qualquer contato físico indesejado ou invasão de espaço pessoal será considerado violação das regras e poderá resultar em advertência ou remoção do debate.

4. POSICIONAMENTO DOS PAÍSES:

Antígua e Barbuda

Antígua e Barbuda reitera seu firme compromisso com os princípios democráticos, conforme estabelecidos na Carta Democrática Interamericana. Reconhecemos a importância de proteger e fortalecer as instituições democráticas em todos os países do continente americano, garantindo a separação de poderes, a liberdade de expressão, os direitos humanos e a realização de eleições livres e justas.

Contudo, Antígua e Barbuda acreditam que a promoção da democracia deve ocorrer sempre com pleno respeito à soberania dos Estados e à não intervenção em seus assuntos internos. Entendemos que o diálogo, a cooperação e os mecanismos diplomáticos são os caminhos mais eficazes para a resolução de crises institucionais e políticas.

No caso da Venezuela, expressamos preocupação com os desafios enfrentados no processo democrático, incluindo alegações de restrições à oposição, à liberdade de imprensa e à independência do Judiciário. Apoiamos esforços regionais e multilaterais que promovam soluções pacíficas e negociadas, conduzidas pelos próprios venezuelanos, com pleno respeito ao Estado de Direito e à integridade das instituições.

Quanto a Cuba, reconhecemos as diferenças existentes entre os sistemas políticos da região, mas enfatizamos a importância do diálogo construtivo e do engajamento internacional para o fortalecimento dos direitos civis e políticos. Reafirmamos que medidas coercitivas unilaterais, como embargos e sanções, não contribuem para o avanço democrático e, frequentemente, afetam negativamente a população civil.

Antígua e Barbuda defendem uma abordagem equilibrada, pautada no respeito mútuo, na solidariedade regional e no fortalecimento das capacidades institucionais dos Estados, ao invés de intervenções punitivas. Estamos abertos a colaborar em iniciativas que incentivem a boa governança, a transparência e a participação cidadã em toda a região.

República Argentina

A República Argentina reafirma seu compromisso inabalável com a defesa da democracia, do Estado de Direito e dos direitos humanos, pilares fundamentais da convivência regional e da Carta Democrática Interamericana. Acreditamos que a democracia deve ser promovida de maneira efetiva e inclusiva, respeitando a pluralidade política, a alternância no poder, as liberdades civis e o pleno funcionamento das instituições republicanas.

Entendemos que os desafios à democracia em nosso continente exigem respostas firmes, porém equilibradas, pautadas pelo diálogo, pela cooperação e pelo princípio da não intervenção nos assuntos internos dos Estados. A Argentina rejeita qualquer forma de imposição externa que não tenha respaldo multilateral e defende o protagonismo dos mecanismos regionais legítimos, como a OEA e a CELAC.

Em relação à Venezuela, a Argentina acompanha com atenção a situação política e institucional no país. Temos insistido na necessidade de garantir eleições livres, transparentes e com ampla participação. Ao mesmo tempo, reiteramos nosso apoio aos processos de diálogo entre governo e oposição como o caminho mais viável e legítimo para restaurar plenamente a ordem democrática e aliviar a crise humanitária que afeta o povo venezuelano.

Sobre Cuba, reconhecemos as particularidades do sistema político adotado por aquele país, e mantemos uma postura crítica em relação à ausência de garantias plenas às liberdades políticas e civis. No entanto, rejeitamos veementemente o uso de sanções econômicas unilaterais, como o embargo vigente, que agrava as dificuldades socioeconômicas da população e compromete os esforços de aproximação e transformação gradual. Defendemos o diálogo bilateral e multilateral como instrumentos centrais para fomentar mudanças positivas.

A Argentina continuará promovendo uma visão de democracia baseada no respeito aos direitos humanos, no fortalecimento das instituições e no compromisso com soluções pacíficas. Apostamos em uma América comprometida com os valores democráticos, sem exclusões, com base na cooperação e na solidariedade entre os povos.

Comunidade das Bahamas

As Bahamas reafirmam seu compromisso firme com os valores democráticos, a promoção do Estado de Direito e o respeito aos direitos humanos em toda a região das Américas. Consideramos que a democracia é a base para o desenvolvimento sustentável, a paz social e a prosperidade dos povos.

Reconhecemos os desafios enfrentados por algumas nações do continente e entendemos que a proteção da democracia deve ser realizada por meio do diálogo respeitoso, da cooperação multilateral e da busca por soluções pacíficas, respeitando sempre a soberania dos Estados.

No caso da Venezuela, as Bahamas manifestam preocupação com as persistentes dificuldades que comprometem o pleno funcionamento das instituições democráticas e o respeito às liberdades fundamentais. Encorajamos o avanço de processos inclusivos que possam levar a eleições livres, transparentes e legítimas, e apoiamos os esforços diplomáticos regionais para promover a estabilidade e o bem-estar do povo venezuelano.

Quanto a Cuba, reconhecemos as complexidades históricas e políticas que cercam a ilha. Defendemos que o caminho para o fortalecimento da democracia e dos direitos humanos deve passar pelo diálogo construtivo e pela colaboração internacional, evitando medidas que possam prejudicar a população civil. As Bahamas são contrárias a sanções unilaterais que impactem negativamente o desenvolvimento social e econômico.

As Bahamas reiteram seu compromisso com uma América unida na diversidade, que promova a democracia por meio do respeito mútuo, da solidariedade e do fortalecimento das instituições democráticas em todos os seus Estados-membros.

Estado Plurinacional da Bolívia

A Bolívia reafirma seu compromisso com os princípios democráticos, a autodeterminação dos povos e o respeito à soberania nacional como fundamentos essenciais para a paz e o desenvolvimento nas Américas.

Defendemos que a proteção das democracias deve ser orientada pelo diálogo sincero, o respeito mútuo e a cooperação entre os Estados, sem ingerências externas que possam comprometer a autonomia dos países.

No que se refere à Venezuela, a Bolívia reconhece os desafios enfrentados no processo político, ressaltando a importância de respeitar a vontade popular e os mecanismos internos de cada país. Rejeitamos sanções econômicas e políticas que impactem negativamente a população e apoiamos iniciativas que promovam soluções pacíficas e soberanas.

Sobre Cuba, a Bolívia destaca a relevância do respeito ao modelo político adotado pelo país e condena quaisquer medidas coercitivas unilaterais que prejudiquem o desenvolvimento social e econômico da população cubana. Enfatizamos que o diálogo e a solidariedade regional são os caminhos adequados para fortalecer a democracia e os direitos humanos.

A Bolívia reafirma seu compromisso com uma América pluricultural e diversa, na qual a democracia é fortalecida pelo respeito às identidades, às soberanias e à justiça social.

República Federativa do Brasil

O Brasil reafirma seu compromisso inalienável com os princípios democráticos, a defesa do Estado de Direito e a proteção dos direitos humanos como fundamentos indispensáveis para a estabilidade, a justiça social e o desenvolvimento sustentável nas Américas.

Reconhecemos que a proteção das democracias em nossa região requer uma abordagem equilibrada, baseada no respeito à soberania dos Estados, no diálogo construtivo e na cooperação multilateral. O Brasil defende que quaisquer medidas adotadas para fortalecer a democracia devem respeitar a autonomia dos povos e os processos institucionais próprios de cada país.

No que se refere à Venezuela, o Brasil manifesta preocupação diante das dificuldades que comprometem a plena funcionalidade das instituições democráticas, a liberdade de imprensa

e os direitos civis. Encorajamos o diálogo inclusivo entre as forças políticas venezuelanas e apoiamos os esforços regionais para garantir eleições livres, transparentes e legítimas, de forma a promover a pacificação e o bem-estar do povo venezuelano.

Quanto a Cuba, o Brasil reconhece as particularidades do modelo político do país e acredita que o avanço democrático deve ser promovido por meio de um diálogo respeitoso e aberto, que envolva a comunidade internacional e o governo cubano. Reiteramos nosso posicionamento contrário a sanções econômicas unilaterais que prejudicam a população civil e dificultam o desenvolvimento social e econômico.

O Brasil reafirma seu compromisso em trabalhar com os países das Américas para fortalecer as instituições democráticas, promover a participação cidadã e garantir que os processos políticos sejam conduzidos de forma legítima, pacífica e sustentável, visando uma região mais justa, próspera e democrática.

Canadá

O Canadá reafirma seu compromisso firme com a promoção e proteção da democracia, do Estado de Direito e dos direitos humanos como elementos essenciais para o fortalecimento da paz, da justiça e do desenvolvimento sustentável na região das Américas.

Entendemos que a defesa da democracia deve ser conduzida por meio do respeito à soberania nacional, da cooperação multilateral e do diálogo construtivo, garantindo que as soluções para desafios democráticos respeitem os processos institucionais e a vontade dos povos.

No caso da Venezuela, o Canadá expressa profunda preocupação com a deterioração das instituições democráticas, as restrições à liberdade de expressão e a crise humanitária que afeta a população. Apoiam os esforços internacionais e regionais que busquem restaurar o pleno funcionamento das instituições, a realização de eleições livres, justas e transparentes, e o respeito aos direitos humanos fundamentais.

Com relação a Cuba, o Canadá reconhece as particularidades do contexto político e social do país, mas enfatiza a importância do respeito às liberdades civis e políticas. Defende a continuidade do diálogo e da cooperação internacional para promover avanços na democratização e no respeito aos direitos humanos. Além disso, o Canadá manifesta seu

posicionamento favorável à revisão de medidas que possam impactar negativamente a população civil, buscando alternativas que promovam a inclusão e o desenvolvimento.

O Canadá permanece comprometido em trabalhar de forma colaborativa com os países das Américas para fortalecer as instituições democráticas, ampliar a participação cidadã e assegurar que os processos políticos ocorram de maneira legítima, pacífica e sustentável, contribuindo para uma região mais estável e próspera.

República do Chile

O Chile reafirma seu compromisso sólido com os valores democráticos, o Estado de Direito e a proteção dos direitos humanos como pilares essenciais para o desenvolvimento, a paz e a justiça social na região das Américas.

Entendemos que a defesa da democracia deve ser realizada por meio do respeito à soberania dos Estados, do diálogo franco e construtivo, e da cooperação multilateral, garantindo que as soluções para os desafios institucionais respeitem os processos democráticos próprios de cada país.

No que diz respeito à Venezuela, o Chile expressa preocupação com as limitações às liberdades fundamentais, à independência das instituições e ao pleno exercício dos direitos civis. Apóia esforços regionais que promovam o diálogo inclusivo e a realização de eleições livres, justas e transparentes, essenciais para a restauração da ordem democrática e a estabilidade social.

Quanto a Cuba, o Chile reconhece a complexidade do cenário político e social da ilha, mas enfatiza a importância do respeito aos direitos civis e políticos e do diálogo como ferramenta para avanços democráticos. Rejeita medidas que possam prejudicar a população civil e dificultar o desenvolvimento econômico e social.

O Chile reafirma seu compromisso de colaborar com os países das Américas para fortalecer as instituições democráticas, promover a participação cidadã e garantir que os processos políticos ocorram de maneira legítima, pacífica e sustentável, visando uma região mais justa, livre e democrática.

República da Colômbia

A Colômbia reafirma seu compromisso firme com a defesa da democracia, do Estado de Direito e dos direitos humanos como fundamentos essenciais para a paz, a estabilidade e o desenvolvimento social na região das Américas.

Entendemos que a proteção das democracias deve ser pautada no respeito à soberania nacional, no diálogo inclusivo e construtivo, e na cooperação multilateral, assegurando que as soluções para os desafios democráticos sejam legítimas e respeitem a vontade dos povos.

No caso da Venezuela, a Colômbia manifesta profunda preocupação com a crise política, humanitária e institucional que afeta o país. Apoiar esforços internacionais e regionais para promover o retorno a processos eleitorais livres, transparentes e justos, garantindo o respeito aos direitos civis e políticos da população venezuelana.

Em relação a Cuba, a Colômbia reconhece as complexidades do contexto político e social da ilha e destaca a importância do diálogo como meio para promover avanços democráticos e o respeito aos direitos humanos. Rejeita medidas que possam agravar as dificuldades enfrentadas pela população civil e comprometer o desenvolvimento socioeconômico.

A Colômbia reafirma seu compromisso de trabalhar em conjunto com os países das Américas para fortalecer as instituições democráticas, ampliar a participação cidadã e garantir processos políticos legítimos, pacíficos e sustentáveis, visando uma região mais democrática, próspera e estável.

República da Costa Rica

A Costa Rica reafirma seu compromisso inabalável com a defesa da democracia, do Estado de Direito e dos direitos humanos, pilares fundamentais para a paz, a justiça social e o desenvolvimento sustentável na região das Américas.

Entendemos que a proteção das democracias deve se basear no respeito à soberania nacional, no diálogo construtivo e na cooperação multilateral, garantindo que as soluções para os desafios democráticos respeitem os processos institucionais e a vontade dos povos.

No caso da Venezuela, a Costa Rica expressa profunda preocupação com a crise política, social e humanitária enfrentada pelo país. Apoiar os esforços internacionais e regionais para

facilitar o diálogo inclusivo e a realização de eleições livres, transparentes e justas, que permitam restaurar a institucionalidade democrática e proteger os direitos humanos.

Quanto a Cuba, a Costa Rica reconhece a complexidade do contexto político e social da ilha e destaca a importância do respeito aos direitos civis e políticos como base para o avanço democrático. Promove o diálogo pacífico e a cooperação internacional, rejeitando medidas que possam prejudicar a população civil e dificultar o desenvolvimento socioeconômico.

A Costa Rica reitera seu compromisso de trabalhar com os países das Américas para fortalecer as instituições democráticas, ampliar a participação cidadã e assegurar que os processos políticos se desenvolvam de maneira legítima, pacífica e sustentável, visando uma região mais justa, livre e democrática.

República de Cuba

A República de Cuba reafirma seu compromisso histórico e inabalável com a soberania nacional, a autodeterminação dos povos e o respeito às especificidades de cada modelo político como pilares essenciais para a construção de sociedades justas, democráticas e soberanas nas Américas.

Cuba entende que a democracia não pode ser reduzida a um único modelo, mas deve respeitar as particularidades culturais, históricas e sociais de cada país. Por isso, defende que qualquer esforço para proteger e fortalecer a democracia deve ocorrer com base no diálogo respeitoso, na cooperação multilateral e na não intervenção nos assuntos internos dos Estados.

A ilha condena as práticas de bloqueio econômico, comercial e financeiro que vêm sendo impostas unilateralmente há mais de seis décadas, afetando diretamente o bem-estar da população cubana, limitando o acesso a medicamentos, alimentos e tecnologias essenciais, e prejudicando o desenvolvimento econômico e social. Ressaltamos que tais medidas constituem uma violação flagrante dos direitos humanos e uma ameaça à paz e à estabilidade na região.

Cuba também destaca sua trajetória de inclusão social, acesso universal à educação e saúde pública, e participação popular em processos decisórios, como elementos centrais do seu sistema democrático. Reafirma o compromisso com a proteção dos direitos civis e políticos, bem como com a promoção da justiça social e da igualdade.

No tocante às medidas regionais e internacionais para proteger as democracias nos países americanos, Cuba apela para que sejam respeitados os princípios da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Carta das Nações Unidas, em especial a não intervenção, o respeito à soberania e à autodeterminação.

Cuba expressa sua preocupação com a instrumentalização política e econômica de temas democráticos para justificar intervenções externas que desestabilizam governos legítimos, especialmente na Venezuela, país com quem mantém históricas relações de solidariedade. Rejeita as tentativas de criminalizar modelos políticos alternativos e reafirma seu apoio à busca de soluções pacíficas e soberanas para os desafios regionais.

Por fim, Cuba reitera seu compromisso com o diálogo e a cooperação entre os países das Américas, em bases de respeito mútuo e igualdade, para promover a democracia em sua diversidade, proteger os direitos humanos e alcançar o desenvolvimento sustentável e a paz duradoura na região.

República de El Salvador

El Salvador reafirma seu compromisso sólido com a defesa dos princípios democráticos, do Estado de Direito e dos direitos humanos, pilares fundamentais para a paz, a justiça social e o desenvolvimento sustentável na região das Américas.

Reconhece que a proteção das democracias deve ser conduzida com respeito à soberania nacional, por meio do diálogo construtivo e da cooperação multilateral, garantindo que as medidas adotadas respeitem os processos institucionais e a vontade dos povos.

No que se refere à Venezuela, El Salvador manifesta preocupação com os desafios políticos e sociais que afetam a institucionalidade democrática, e apoia os esforços internacionais que busquem facilitar o diálogo inclusivo e a realização de eleições livres, justas e transparentes, visando a estabilidade e o bem-estar da população venezuelana.

Em relação a Cuba, El Salvador reconhece a complexidade do cenário político e social e destaca a importância do respeito aos direitos civis e políticos como base para o avanço democrático. Defende o diálogo pacífico e a cooperação internacional, rejeitando medidas que possam prejudicar a população civil e dificultar o desenvolvimento socioeconômico.

El Salvador reafirma seu compromisso de colaborar com os países das Américas para fortalecer as instituições democráticas, ampliar a participação cidadã e assegurar que os processos políticos sejam legítimos, pacíficos e sustentáveis, promovendo uma região mais democrática, justa e próspera.

República do Equador

O Equador reafirma seu compromisso firme com a defesa dos princípios democráticos, do Estado de Direito e dos direitos humanos como pilares essenciais para a paz, o desenvolvimento sustentável e a justiça social na região das Américas.

Reconhece que a proteção das democracias deve ser conduzida com respeito à soberania nacional, por meio do diálogo inclusivo, construtivo e da cooperação multilateral, assegurando que as soluções para os desafios democráticos respeitem os processos institucionais e a vontade dos povos.

No caso da Venezuela, o Equador manifesta preocupação diante das dificuldades que comprometem o funcionamento pleno das instituições democráticas, a liberdade de expressão e os direitos civis. Apoia os esforços regionais e internacionais que promovam o diálogo pacífico e a realização de eleições livres, justas e transparentes, com o objetivo de restaurar a estabilidade política e social do país.

Quanto a Cuba, o Equador reconhece a complexidade do contexto político e social da ilha e destaca a importância do respeito aos direitos civis e políticos para o avanço democrático. Reforça a necessidade do diálogo pacífico e da cooperação internacional, rejeitando medidas unilaterais que possam afetar negativamente a população civil e o desenvolvimento socioeconômico.

O Equador reafirma seu compromisso de trabalhar em conjunto com os países das Américas para fortalecer as instituições democráticas, ampliar a participação cidadã e garantir que os processos políticos ocorram de forma legítima, pacífica e sustentável, promovendo uma região mais justa, livre e democrática.

Estados Unidos da América

Os Estados Unidos da América reafirmam seu compromisso inequívoco e duradouro com a promoção e defesa da democracia, do Estado de Direito, da transparência e dos direitos humanos em todo o hemisfério ocidental. Consideramos a democracia não apenas um valor fundamental, mas também a base indispensável para a paz, a prosperidade e o desenvolvimento sustentável em toda a região das Américas.

Reconhecemos que a proteção e o fortalecimento das instituições democráticas exigem esforços coordenados, respeitando a soberania nacional, promovendo o diálogo inclusivo e a cooperação multilateral, e garantindo que os processos eleitorais sejam livres, justos e transparentes, refletindo a vontade legítima dos povos.

Em relação à Venezuela, os Estados Unidos expressam profunda preocupação com a contínua erosão das instituições democráticas, a repressão sistemática aos direitos civis e políticos, e a grave crise humanitária que afeta milhões de venezuelanos. Apoiam veementemente as iniciativas internacionais para restaurar a democracia por meio de eleições livres, justas e verificáveis, a libertação de presos políticos, o fim das violações aos direitos humanos, e o restabelecimento do Estado de Direito.

No que diz respeito a Cuba, os Estados Unidos reitera seu posicionamento firme contra as práticas autoritárias que limitam as liberdades civis, a liberdade de expressão e o direito à participação política plena do povo cubano. Reafirmam a importância do fim do bloqueio político e econômico somente quando forem implementadas reformas democráticas genuínas que garantam direitos e liberdades fundamentais para todos os cidadãos cubanos.

Os Estados Unidos continuam comprometidos em trabalhar com parceiros regionais e internacionais para desenvolver estratégias efetivas que promovam a democracia, a transparência, o combate à corrupção e o fortalecimento das instituições públicas em todos os países das Américas. Acreditamos que sociedades democráticas fortes são a melhor defesa contra a instabilidade, o extremismo e a violação dos direitos humanos.

Por fim, os Estados Unidos enfatizam a necessidade de um hemisfério unido, onde a democracia seja promovida por meio do respeito mútuo, da cooperação e da solidariedade, garantindo um futuro de liberdade, justiça e prosperidade para todas as nações americanas.

República da Guatemala

A Guatemala reafirma seu compromisso firme com a promoção e defesa da democracia, do Estado de Direito e dos direitos humanos, reconhecendo-os como pilares essenciais para a paz, a justiça social e o desenvolvimento sustentável na região das Américas.

Considera que a proteção das democracias deve ser conduzida com base no respeito à soberania nacional, no diálogo construtivo e na cooperação multilateral, assegurando que as medidas adotadas respeitem os processos institucionais e a vontade legítima dos povos.

No que diz respeito à Venezuela, a Guatemala manifesta preocupação diante dos desafios políticos e sociais que comprometem a institucionalidade democrática e os direitos civis no país. Apoiar os esforços regionais e internacionais que promovam o diálogo pacífico e a realização de eleições livres, justas e transparentes, visando restaurar a estabilidade política e social e garantir o bem-estar da população venezuelana.

Quanto a Cuba, a Guatemala reconhece a complexidade do contexto político e social e destaca a importância do respeito aos direitos civis e políticos para o avanço democrático. Reitera a necessidade do diálogo pacífico e da cooperação internacional, rejeitando medidas unilaterais que possam afetar negativamente a população civil e o desenvolvimento socioeconômico.

A Guatemala reafirma seu compromisso de colaborar com os países das Américas para fortalecer as instituições democráticas, ampliar a participação cidadã e garantir que os processos políticos ocorram de forma legítima, pacífica e sustentável, promovendo uma região mais democrática, justa e próspera.

República Cooperativa da Guiana

A Guiana reafirma seu compromisso sólido com a promoção e defesa da democracia, do Estado de Direito e dos direitos humanos, reconhecendo-os como fundamentos indispensáveis para a paz, a estabilidade e o desenvolvimento sustentável na região das Américas.

Entende que a proteção das democracias deve ser realizada com respeito à soberania nacional, por meio do diálogo inclusivo, do fortalecimento das instituições e da cooperação

multilateral, assegurando que as medidas adotadas respeitem os processos institucionais e a vontade legítima dos povos.

No que concerne à Venezuela, a Guiana expressa preocupação diante dos desafios políticos e sociais que afetam a institucionalidade democrática e os direitos civis, apoiando os esforços regionais e internacionais que busquem promover o diálogo pacífico e a realização de eleições livres, justas e transparentes, com o objetivo de restaurar a estabilidade política e social do país.

Quanto a Cuba, a Guiana reconhece a complexidade do contexto político e social da ilha e enfatiza a importância do respeito aos direitos civis e políticos para o avanço democrático. Reafirma a necessidade do diálogo pacífico e da cooperação internacional, rejeitando medidas unilaterais que possam prejudicar a população civil e o desenvolvimento socioeconômico.

A Guiana reafirma seu compromisso de trabalhar em conjunto com os países das Américas para fortalecer as instituições democráticas, ampliar a participação cidadã e garantir que os processos políticos se desenvolvam de forma legítima, pacífica e sustentável, promovendo uma região mais justa, livre e democrática.

República do Haiti

A República do Haiti reafirma seu compromisso inabalável com a defesa dos princípios democráticos, do Estado de Direito e dos direitos humanos, reconhecendo-os como pilares fundamentais para a estabilidade, a justiça social e o desenvolvimento sustentável na região das Américas.

O Haiti entende que a proteção das democracias deve ser baseada no respeito à soberania nacional, no diálogo construtivo e na cooperação multilateral, garantindo que as medidas adotadas respeitem os processos institucionais e a vontade legítima dos povos.

Em relação à Venezuela, o Haiti manifesta preocupação com os desafios políticos, sociais e humanitários enfrentados pelo país, apoiando os esforços regionais e internacionais que busquem facilitar o diálogo pacífico e a realização de eleições livres, justas e transparentes, visando à restauração da institucionalidade democrática e ao bem-estar do povo venezuelano.

Quanto a Cuba, o Haiti reconhece a complexidade do contexto político e social da ilha, destacando a importância do respeito aos direitos civis e políticos como base para o avanço democrático. Apoiar o diálogo pacífico e a cooperação internacional, rejeitando medidas unilaterais que possam prejudicar a população civil e dificultar o desenvolvimento socioeconômico.

A República do Haiti reafirma seu compromisso de colaborar com os países das Américas para fortalecer as instituições democráticas, ampliar a participação cidadã e assegurar que os processos políticos ocorram de forma legítima, pacífica e sustentável, promovendo uma região mais justa, livre e democrática.

República de Honduras

A República de Honduras reafirma seu compromisso firme com a promoção e defesa da democracia, do Estado de Direito e dos direitos humanos, elementos essenciais para a estabilidade, a paz social e o desenvolvimento sustentável na região das Américas.

Reconhece que a proteção das democracias deve ser realizada com base no respeito à soberania nacional, no diálogo construtivo e na cooperação multilateral, assegurando que as medidas adotadas respeitem os processos institucionais e a vontade legítima dos povos.

Em relação à Venezuela, Honduras manifesta preocupação com os desafios políticos e sociais que comprometem a institucionalidade democrática e os direitos civis no país. Apoiar os esforços regionais e internacionais que busquem promover o diálogo pacífico e a realização de eleições livres, justas e transparentes, visando restaurar a estabilidade política e social e garantir o bem-estar da população venezuelana.

Quanto a Cuba, Honduras reconhece a complexidade do contexto político e social da ilha e destaca a importância do respeito aos direitos civis e políticos para o avanço democrático. Reitera a necessidade do diálogo pacífico e da cooperação internacional, rejeitando medidas unilaterais que possam afetar negativamente a população civil e o desenvolvimento socioeconômico.

A República de Honduras reafirma seu compromisso de colaborar com os países das Américas para fortalecer as instituições democráticas, ampliar a participação cidadã e garantir

que os processos políticos ocorram de forma legítima, pacífica e sustentável, promovendo uma região mais democrática, justa e próspera.

Jamaica

A Jamaica reafirma seu compromisso com os valores democráticos, o respeito aos direitos humanos, a justiça social e a boa governança, que são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a estabilidade em nossa região. Como uma nação caribenha que valoriza a paz e a cooperação, a Jamaica acredita que a defesa da democracia deve ser feita por meio do diálogo construtivo, da solidariedade regional e do respeito à soberania dos Estados.

Em relação à situação na Venezuela, a Jamaica manifesta preocupação com a crise política e humanitária que afeta milhões de venezuelanos e impacta os países vizinhos. A Jamaica apoia os esforços multilaterais para promover um processo de diálogo inclusivo e pacífico, que conduza a soluções democráticas sustentáveis, com eleições livres, transparentes e que garantam a participação plena de todos os setores da sociedade. Acreditamos que a restauração da democracia na Venezuela é essencial para a estabilidade e o desenvolvimento da região.

No que tange a Cuba, a Jamaica reconhece o contexto histórico e as particularidades do país, mantendo relações baseadas no respeito mútuo e na cooperação. Contudo, a Jamaica entende que o fortalecimento da democracia requer a ampliação das liberdades civis e políticas, incluindo a liberdade de expressão, o pluralismo político e a participação ativa da sociedade civil. O país encoraja iniciativas pacíficas que promovam o diálogo interno e reformas que contribuam para o progresso social e político em Cuba.

A Jamaica valoriza os mecanismos regionais de proteção da democracia, como a Organização dos Estados Americanos, e apoia ações que promovam a estabilidade institucional e o respeito aos direitos humanos, sempre respeitando os princípios da não intervenção e da autodeterminação dos povos.

Por fim, a Jamaica reitera seu compromisso em colaborar com os países das Américas para construir um continente mais democrático, justo e pacífico, onde as instituições funcionem plenamente e as vozes dos cidadãos sejam ouvidas e respeitadas.

Estados Unidos Mexicanos

Os Estados Unidos Mexicanos reafirmam seu compromisso com os princípios democráticos, os direitos humanos, a não intervenção e a solução pacífica de controvérsias, fundamentos centrais da política externa mexicana consagrados na Constituição e na tradição diplomática do país. O México defende que a democracia deve ser promovida por meio do diálogo, da cooperação e do respeito à soberania dos povos.

Com relação à Venezuela, o México acompanha com atenção a situação política e humanitária no país. Embora reconheça a complexidade do contexto interno venezuelano, o México considera essencial a realização de um diálogo nacional inclusivo, com a participação de todos os setores da sociedade, que leve a soluções sustentáveis e pacíficas. O México tem defendido, em fóruns regionais e multilaterais, que apenas os próprios venezuelanos podem decidir sobre o futuro político de seu país, desde que em condições livres, pacíficas e respeitadas dos direitos humanos.

Em relação a Cuba, os Estados Unidos Mexicanos mantêm uma política de respeito e cooperação bilateral, reconhecendo a soberania e autodeterminação do povo cubano. Ao mesmo tempo, o México reafirma que o fortalecimento da democracia implica garantir liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão, a participação política e o direito à crítica. O México tem defendido o fim do bloqueio econômico imposto a Cuba, por considerá-lo uma medida unilateral que afeta diretamente o bem-estar da população e dificulta o progresso social e institucional do país.

O México acredita que a promoção da democracia nas Américas deve ocorrer por meios pacíficos e através de instituições legítimas, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), sempre respeitando o princípio da não intervenção e da autodeterminação dos povos. Rejeitamos qualquer tipo de imposição externa e acreditamos na diplomacia como principal instrumento para fortalecer a governança democrática em nossa região.

Por fim, os Estados Unidos Mexicanos continuarão trabalhando por uma América Latina e um Caribe mais democráticos, justos e solidários, onde cada nação possa desenvolver seu modelo político com base no respeito aos direitos fundamentais, na vontade popular e na convivência pacífica entre os povos.

República do Panamá

A República do Panamá reafirma seu compromisso histórico com a defesa da democracia, dos direitos humanos, da liberdade de expressão e do Estado de Direito. Como nação pacífica, aberta ao diálogo e tradicionalmente engajada nos esforços de cooperação regional, o Panamá entende que a preservação das instituições democráticas é essencial para garantir a paz, o desenvolvimento e a dignidade dos povos das Américas.

Diante da prolongada crise na Venezuela, o Panamá expressa sua profunda preocupação com a deterioração das garantias democráticas, as restrições às liberdades civis e a grave emergência humanitária que atinge milhões de venezuelanos. Acreditamos que é urgente a realização de eleições livres, transparentes e com observação internacional confiável, como parte de um processo legítimo de reconstrução democrática. O Panamá apoia todos os esforços pacíficos e multilaterais que busquem uma solução política liderada pelos próprios venezuelanos, com pleno respeito aos direitos humanos e à soberania nacional.

Com relação a Cuba, o Panamá reconhece os aspectos históricos e sociais que moldaram seu regime político, mas reafirma a importância de avanços concretos no campo das liberdades individuais e da participação política. O fortalecimento da sociedade civil, o respeito à liberdade de expressão e a abertura para o diálogo político plural são elementos indispensáveis para a consolidação da democracia em qualquer país. Nesse sentido, o Panamá encoraja iniciativas internas e externas que promovam a abertura democrática e institucional em Cuba, de forma pacífica e progressiva.

O Panamá considera que os mecanismos regionais, como a Carta Democrática Interamericana da OEA, são instrumentos legítimos para a proteção da ordem democrática e devem ser aplicados com firmeza, responsabilidade e respeito aos princípios da cooperação e da soberania dos Estados.

Por fim, a República do Panamá reafirma seu compromisso com a construção de uma região mais justa, solidária e democrática. Estaremos sempre ao lado dos países que respeitam as liberdades fundamentais e dispostos a contribuir com soluções que promovam o bem-estar comum, a estabilidade institucional e a paz duradoura nas Américas.

República do Paraguai

A República do Paraguai reafirma seu firme compromisso com a promoção e a defesa da democracia, do Estado de Direito e dos direitos humanos, princípios fundamentais para a estabilidade política e o desenvolvimento social nos países das Américas. O Paraguai entende que a democracia representativa é um valor essencial que deve ser protegido de forma coletiva e solidária por todos os países da região.

Em relação à situação da Venezuela, o Paraguai expressa séria preocupação com o enfraquecimento das instituições democráticas, a repressão a opositores políticos, a ausência de garantias para eleições livres e a grave crise humanitária que se prolonga há anos. O Paraguai defende que somente um processo de transição legítimo, com eleições transparentes e o pleno respeito às liberdades civis e políticas, poderá restaurar a democracia e a dignidade do povo venezuelano. Apoiar-se o papel de organismos internacionais e regionais na mediação e no monitoramento desse processo.

Quanto a Cuba, o Paraguai reconhece a complexidade histórica de seu sistema político, mas considera que a ausência de pluralismo partidário, as limitações à liberdade de expressão e a repressão a vozes dissidentes são incompatíveis com os princípios democráticos que regem a comunidade interamericana. O país acredita que é necessário avançar em reformas políticas que assegurem o direito dos cidadãos cubanos de participar plenamente da vida política, com liberdade e respeito às garantias fundamentais.

O Paraguai reforça seu apoio à Carta Democrática Interamericana como instrumento legítimo para prevenir e responder a rupturas da ordem democrática. Considera que os países das Américas devem atuar de forma coordenada e firme diante de qualquer ameaça à democracia, sempre respeitando a soberania dos Estados, mas também reconhecendo a responsabilidade comum de proteger os direitos e as liberdades fundamentais.

Por fim, a República do Paraguai se compromete a continuar trabalhando em conjunto com as demais nações americanas para fortalecer os valores democráticos, promover o diálogo regional e assegurar que todos os povos do continente possam viver sob regimes que respeitem a vontade popular, a justiça e a liberdade.

República do Peru

A República do Peru reitera seu firme compromisso com a defesa da democracia, dos direitos humanos e da institucionalidade republicana como bases essenciais para o desenvolvimento e a convivência pacífica nas Américas. Como Estado-membro ativo da Organização dos Estados Americanos (OEA) e signatário da Carta Democrática Interamericana, o Peru considera que a proteção das democracias exige vigilância constante, cooperação regional e respeito aos princípios fundamentais da soberania, mas também da responsabilidade coletiva.

Com relação à Venezuela, o Peru manifesta profunda preocupação com o enfraquecimento das instituições democráticas, as violações de direitos humanos e a persistência de uma crise humanitária que tem afetado milhões de cidadãos, muitos dos quais buscaram refúgio em países vizinhos, incluindo o território peruano. O Peru defende a necessidade de restauração plena da democracia por meio de eleições livres, justas e verificáveis, com ampla participação e liberdade para todos os atores políticos. Acreditamos no papel essencial do diálogo político com apoio internacional, mas com resultados concretos voltados à reconciliação nacional e à governabilidade democrática.

Em relação à situação de Cuba, o Peru reconhece as especificidades históricas do processo político cubano, mas ressalta a importância universal dos direitos civis e políticos. A ausência de eleições multipartidárias, as restrições à liberdade de expressão e a limitação da atuação de movimentos sociais e opositores são incompatíveis com os valores democráticos defendidos pela comunidade interamericana. O Peru reitera que o fortalecimento da democracia passa pela garantia de liberdades fundamentais, incluindo a livre organização política, imprensa livre e um judiciário independente.

A República do Peru acredita que a estabilidade democrática no continente depende da cooperação entre os países americanos, da defesa de valores comuns e do respeito aos compromissos assumidos coletivamente. Nesse sentido, apoiamos os mecanismos regionais de monitoramento e ação diante de rupturas democráticas, como os previstos na Carta Democrática Interamericana, e incentivamos a atuação conjunta e pacífica para promover a transição democrática nos contextos em que ela estiver fragilizada.

Por fim, o Peru reafirma que somente com instituições sólidas, participação cidadã ativa e respeito aos direitos humanos será possível construir um continente mais próspero, justo e democrático para todos.

República Dominicana

A República Dominicana reafirma seu compromisso inabalável com os princípios democráticos, os direitos humanos e o Estado de Direito, pilares fundamentais para a estabilidade e o desenvolvimento dos países do continente americano. Em um momento em que diversas nações enfrentam desafios à sua governança democrática, torna-se essencial promover ações coordenadas que fortaleçam as instituições e garantam a participação política plena dos cidadãos.

Nesse contexto, a República Dominicana expressa preocupação com as situações da Venezuela e de Cuba, onde há evidências claras de restrições às liberdades civis, repressão à oposição e fragilidade nos processos democráticos.

No caso da Venezuela, a República Dominicana reconhece a grave crise política, econômica e humanitária vivida pelo povo venezuelano. Reforçamos a necessidade de eleições livres, transparentes e com observação internacional, bem como a abertura para o diálogo entre governo e oposição, com mediação internacional confiável. Defendemos uma solução pacífica, liderada pelos próprios venezuelanos, mas com apoio firme da comunidade internacional para restaurar a plena democracia no país.

Em relação a Cuba, compreendemos a complexidade histórica que envolve sua realidade política. No entanto, destacamos a importância da pluralidade política, da liberdade de expressão e da abertura institucional como condições indispensáveis para qualquer sociedade democrática. A República Dominicana acredita que avanços concretos na ampliação das liberdades individuais e no fortalecimento da sociedade civil são passos essenciais para o progresso do povo cubano.

A República Dominicana apoia os esforços da Organização dos Estados Americanos (OEA), bem como de outras entidades regionais e multilaterais, que buscam promover a democracia, prevenir rupturas institucionais e fortalecer os mecanismos de cooperação entre os países.

Por fim, reiteramos que a democracia não pode ser relativizada. Deve ser defendida com firmeza, especialmente quando estiver ameaçada. A República Dominicana continuará a trabalhar com os demais países das Américas para construir um continente mais justo, livre e democrático para todos os seus cidadãos.

República do Suriname

A República do Suriname reafirma seu compromisso com os princípios fundamentais da democracia, do Estado de Direito e da proteção dos direitos humanos como pilares essenciais para o desenvolvimento sustentável, a justiça social e a paz na região das Américas.

Entende que a preservação da democracia deve ocorrer por meio do diálogo construtivo, do respeito à soberania dos Estados e da cooperação multilateral, com ações que considerem as realidades e os contextos próprios de cada país, sem imposições externas ou medidas coercitivas unilaterais.

No que se refere à Venezuela, o Suriname acompanha com atenção os desdobramentos da crise política e social e reconhece os esforços regionais e internacionais voltados à promoção do diálogo e à busca de soluções pacíficas. Enfatiza a importância de que qualquer solução seja alcançada por meio de mecanismos democráticos, que garantam a livre manifestação da vontade popular.

Em relação a Cuba, o Suriname defende que o fortalecimento da democracia deve ser promovido com base no respeito mútuo e na cooperação, sem a aplicação de sanções que prejudiquem a população civil. Acredita que avanços políticos e institucionais devem ser buscados por meio do engajamento diplomático e do respeito à autodeterminação dos povos.

A República do Suriname reitera sua disposição de colaborar com os demais países do continente no fortalecimento das instituições democráticas, na promoção da governança responsável e na defesa dos direitos fundamentais, com vistas à construção de uma região mais estável, inclusiva e democrática.

República Oriental do Uruguai

A República Oriental do Uruguai reafirma seu histórico e firme compromisso com a democracia, os direitos humanos e o Estado de Direito como valores centrais da convivência entre os povos do continente americano. Como uma das democracias mais sólidas da região, o Uruguai defende o respeito à institucionalidade, à separação dos poderes e à liberdade de expressão como elementos indispensáveis para o desenvolvimento justo e sustentável.

Considera que a proteção das democracias deve ocorrer com base no diálogo político, na cooperação regional e no pleno respeito à soberania nacional. Ressalta, no entanto, que a não intervenção não deve servir como justificativa para o silêncio diante de violações graves aos direitos fundamentais ou à ordem constitucional.

Em relação à Venezuela, o Uruguai expressa preocupação contínua com a deterioração das instituições democráticas, a restrição das liberdades políticas e a crise humanitária que afeta milhões de cidadãos. Defende soluções pacíficas, negociadas e lideradas pelo povo venezuelano, com garantias reais de participação política, eleições livres e respeito aos direitos humanos.

No que diz respeito a Cuba, o Uruguai adota uma postura crítica ao modelo político vigente, destacando a necessidade de avanços no campo das liberdades civis e políticas. Ao mesmo tempo, rejeita a imposição de sanções econômicas que afetam desproporcionalmente a população civil e acredita que a melhor via para promover mudanças é o diálogo aberto, o respeito mútuo e o engajamento construtivo.

O Uruguai reitera seu apoio à Carta Democrática Interamericana como instrumento fundamental para a preservação dos regimes democráticos na região e reafirma seu compromisso com o fortalecimento da OEA como espaço legítimo de cooperação, defesa institucional e promoção dos valores democráticos em todo o continente.

República Bolivariana da Venezuela

A República Bolivariana da Venezuela reafirma, com firmeza, seu compromisso com os princípios da autodeterminação dos povos, da soberania nacional e da não intervenção em assuntos internos dos Estados, pilares inegociáveis para a convivência pacífica e o respeito entre as nações. O país defende que a democracia deve ser construída e preservada conforme as particularidades históricas, culturais e sociais de cada povo, sem a imposição de modelos externos, frequentemente utilizados como pretexto para ações intervencionistas.

A Venezuela denuncia que tem sido alvo, nos últimos anos, de uma campanha internacional de desestabilização política, econômica e diplomática, liderada principalmente por potências estrangeiras com interesses geopolíticos e econômicos na região. Essa campanha se manifesta por meio da imposição de sanções econômicas unilaterais, bloqueios financeiros, restrições

comerciais e exclusão de espaços multilaterais, com sérias consequências para a população venezuelana.

O governo venezuelano argumenta que essas sanções, ao contrário de protegerem a democracia, violam os direitos humanos, agravando a situação humanitária e comprometendo o desenvolvimento nacional. O país responsabiliza essas medidas pelo impacto direto em setores essenciais como saúde, educação, alimentação e energia, além de considerá-las uma forma moderna de agressão que compromete a soberania do Estado.

Quanto à situação política interna, a Venezuela defende que seu sistema democrático é legítimo e baseado em eleições regulares, referendos populares e participação ativa da sociedade civil. Ressalta que seu modelo é resultado de um processo revolucionário iniciado com a Constituição de 1999, que promoveu profundas reformas políticas, sociais e econômicas voltadas à inclusão e à justiça social. A Venezuela considera ilegítimas as acusações de autoritarismo e fraude, argumentando que tais alegações são politizadas e desconsideram a complexidade do contexto nacional.

Em relação à Organização dos Estados Americanos (OEA), a Venezuela expressa severas críticas à atuação da entidade, especialmente sob a gestão anterior da Secretaria-Geral, que, segundo o governo venezuelano, adotou uma postura hostil e parcial, alinhada a interesses específicos e contrária aos princípios da Carta da OEA. Em função disso, a Venezuela denunciou formalmente sua adesão à organização em 2017, e considera que a OEA perdeu credibilidade como espaço de diálogo multilateral, ao apoiar tentativas de intervenção e ao reconhecer governos paralelos ao legítimo governo constitucional.

Apesar disso, a Venezuela defende a cooperação regional baseada no respeito mútuo, na igualdade soberana e na solidariedade entre os povos. Acredita em espaços alternativos de integração, como a CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), a ALBA-TCP (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América) e outras iniciativas latino-americanas que promovem uma visão plural, multipolar e centrada na justiça social.

A Venezuela rejeita qualquer iniciativa que utilize o discurso da defesa da democracia como instrumento de ingerência, e propõe que os países americanos voltem seus esforços para a superação das desigualdades estruturais, a eliminação do colonialismo econômico, a promoção de modelos inclusivos e a construção de um novo multilateralismo baseado na paz, na cooperação e no respeito às identidades nacionais.

República da Nicarágua

A República da Nicarágua reafirma seu compromisso com os princípios de soberania, autodeterminação dos povos e não intervenção, elementos que considera fundamentais para as relações internacionais justas e respeitadas. Para a Nicarágua, o conceito de democracia deve ser entendido dentro do contexto histórico, cultural e social de cada país, respeitando a pluralidade dos sistemas políticos no continente americano.

O governo nicaraguense entende que muitas das chamadas “medidas para proteger a democracia” têm servido, na prática, como instrumentos de ingerência estrangeira e destabilização de governos legítimos. Nesse sentido, a Nicarágua rejeita qualquer tipo de imposição política, sanções econômicas unilaterais ou ações externas que busquem enfraquecer sua soberania ou interferir em suas decisões internas.

Desde os protestos de 2018, a Nicarágua tem sido alvo de crescente pressão internacional, acusada de restringir liberdades civis, perseguir opositores e comprometer o processo democrático. Em resposta, o governo sustenta que as medidas adotadas desde então foram necessárias para preservar a ordem, combater tentativas de golpe e proteger a paz interna diante de ações que, segundo sua visão, foram coordenadas por grupos externos e internos com intenções destabilizadoras.

Diante dessas acusações, a Nicarágua rompeu sua relação com a Organização dos Estados Americanos em 2021, acusando a OEA de ser um instrumento de ingerência e alinhamento político com potências estrangeiras. Desde então, o país retirou-se formalmente da organização e deixou de reconhecer sua autoridade, alegando que a mesma perdeu legitimidade ao ultrapassar os princípios da imparcialidade e do multilateralismo.

Quanto ao debate sobre democracia na região, a Nicarágua defende que os países devem ser livres para escolher seus caminhos políticos e seus modelos institucionais, sem sofrer coerções externas ou campanhas de isolamento. O país reitera sua posição contrária à aplicação de sanções e ao uso de organismos internacionais para fins políticos.

A Nicarágua se posiciona favorável à construção de uma ordem regional baseada no respeito mútuo, na cooperação entre os povos e na solidariedade latino-americana. Defende que os problemas internos sejam resolvidos por meio dos mecanismos institucionais de cada país,

com respeito à legalidade nacional e sem pressões externas disfarçadas de ações democráticas.

Barbados

Barbados reafirma seu firme compromisso com os princípios democráticos, o Estado de Direito e os direitos humanos como fundamentos essenciais para a paz, a estabilidade e o desenvolvimento sustentável nas Américas.

Como uma nação com tradição democrática consolidada, Barbados defende que o fortalecimento das instituições democráticas deve ser promovido por meio do diálogo respeitoso, da cooperação multilateral e do respeito à soberania de cada Estado. Acredita que medidas voltadas à proteção da democracia devem sempre buscar a inclusão, o consenso e a não interferência nos assuntos internos.

No caso da Venezuela, Barbados acompanha com atenção a situação política e social do país e destaca a importância de esforços regionais que busquem soluções pacíficas e sustentáveis, com base no diálogo e no respeito à vontade soberana do povo venezuelano. Reitera a necessidade de garantir processos eleitorais livres, justos e transparentes.

Quanto a Cuba, Barbados reconhece as particularidades históricas e políticas da ilha e defende o respeito à autodeterminação dos povos. Enfatiza a importância de promover o diálogo internacional e rejeita medidas coercitivas unilaterais que possam agravar as condições socioeconômicas da população cubana. Acredita que o engajamento construtivo é a via mais eficaz para o avanço gradual de direitos e liberdades.

Barbados reafirma seu compromisso com os valores democráticos e com a Carta da OEA, colocando-se à disposição para colaborar com os demais Estados-membros na promoção da governança democrática, da participação cidadã e da justiça social em toda a região.